



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuol Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.

RESUMO

Este artigo descreve as políticas públicas de turismo no Brasil, dando enfoque ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Pomerode. Observa o papel do Estado enquanto formulador dessas políticas verifica o processo de aplicação, sua consonância nas diferentes esferas e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade em escala regional. Procura também pontuar os limites da gestão do turismo e da participação popular na formulação das políticas públicas. Os procedimentos metodológicos incluíram análises documentais de dados secundários nas secretarias de turismo estadual e municipal, bem como de documentos da esfera federal. Como resultado o estudo constatou de que a política do Estado de Santa Catarina está alinhada à política nacional de turismo, mas que, no entanto, não está totalmente adequada aos interesses da comunidade, não se encontrando devidamente implantada. Por último verificou-se que, para o município de Pomerode inexistente uma regulação eficaz de políticas estruturadas para a área do turismo, capaz de dimensionar seus objetivos, inserindo o município no contexto do desenvolvimento regional abrangendo a sustentabilidade e a participação social.


Isabel Jurema Grimm – Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE - UFPR). Bolsista CNPq. Atua nas linhas de pesquisa coincidem com as publicações: desenvolvimento territorial sustentável, ecossocioeconomia, planejamento urbano e sustentabilidade, turismo comunitário.

José Luiz Fernandes Cerveira Filho - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Meio-Ambiente e Desenvolvimento (MADE - UFPR). Atua no Departamento de Ciências Sociais (DECISO) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio). Trabalha a interdisciplinaridade entre as áreas de Energia, Ambiente e Sociedade, das contribuições advindas da Sociologia Ambiental, da Política Ambiental e da Sociologia do Conhecimento.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Turismo, Participação Popular, Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

O turismo vem se consolidando como importante atividade socioeconômica, apresentando altas taxas de crescimento que contribuem para o desenvolvimento das




regiões. Apesar desse crescimento há que se avançar na implementação coordenada das políticas públicas que qualifiquem, ampliem e melhorem o turismo brasileiro, sobretudo quando se pretende promover um desenvolvimento regional evitando ações isoladas e segmentadas.

Em 1966, o país e a atividade foram contemplados com a criação da Lei 55 de 18/11/66, marco importante para o turismo qualitativo. A política empregada foi de megaprojetos dentro da metodologia longitudinal urbano-turística, cujo objetivo era promover igualdade de desenvolvimento entre as regiões, sendo escolhido o nordeste para aplicar as diretrizes estabelecidas. Para Diniz (2009, p. 233) a preocupação com o problema regional no Brasil esteve presente desde o século XIX. Contudo, foi no século XX que se acentuou ainda mais o já intenso processo de desenvolvimento histórico-geográfico desigual, com a concentração espacial de sua população e de sua riqueza material em uma restrita porção territorial, basicamente no litoral e no Centro-Sul (BRANDÃO, 2007, p.13).

Em 2003 o Ministério do Turismo atendeu a reivindicação do setor, que clamava por um órgão que estivesse à altura da complexidade e importância da atividade turística para a economia e o desenvolvimento do país. A estruturação do ministério, bem como o modelo de gestão pública veio através do Plano Nacional de Turismo (PNT). Para colocar em prática os Programas e ações desenvolvidas pelo ministério e seus parceiros surgiu o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT que permitiu a configuração de uma nova política nacional, promovendo o desenvolvimento regional, suprimindo as necessidades existentes.

Em 2004 foram lançadas as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros Brasil, constituindo 200 regiões turísticas, compreendendo 3.819 municípios (BRASIL, 2008, p. 67). O Programa articula a relação entre esfera governamental, sociedade civil, instituições de ensino superior e agente do setor turístico unindo esforços no cumprimento das metas do PNT, com vistas ao desenvolvimento regional. Diniz (2009, p. 244) expõe que do ponto de vista operacional, pensar uma política nacional de desenvolvimento regional implica pensar em uma nova regionalização do país para efeitos de política pública, em geral, e da política regional, em particular.

A problemática na elaboração das políticas deve relevar as características regionais díspares do país, vista a grande extensão territorial e, conseqüentemente, uma grande sociodiversidade cultural, histórica e paisagística. É amplamente reconhecida a destacada característica do Brasil de espaço nacional heterogêneo, continental,




heterônimo, em que convivem estruturas sociopolíticas anacrônicas em ambiente moderno de urbanização abarcante e de uma sociedade de massas complexa, marcada por fortes e reiterativas desigualdades sociais e inter-regionais durante toda a sua história (BRANDÃO, 2011, p.13). Com tantas peculiaridades, o desafio de desenvolver uma política abrangente de turismo não é tarefa fácil, e como se não bastasse tal dificuldade burocrática ainda há que se conjugar com a sustentabilidade ecossocioeconômica.

No Brasil, a adoção de políticas públicas voltadas especificamente para os setores econômicos vinculados ao turismo ocorreu em 1958, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). O ano de 1966 foi marcado pela criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e pela definição de uma política nacional para a atividade, cuja função era desenvolver o setor fomentando a atividade e a geração de emprego. As questões socioambientais ainda não estavam na pauta das discussões.

De acordo com Lopes & Amaral (2008, p.24) política pública é um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...), ou seja, é a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar bem-estar da sociedade e o interesse público. No entanto, a partir de uma perspectiva multicêntrica, políticas públicas não ficam restritas a esfera de governo, mas as organizações que relevam ou se inspiram na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento. Se realizam num campo extremamente contraditório onde entrecruzam interesses conflitantes daí a necessidade da transparência da sua elaboração, através, por exemplo, da participação popular.

Para repensar o estado a partir de demandas sociais deve haver uma conduta pautada no princípio da descentralização, na qual a participação dos sujeitos deve ser qualificada. Dessa forma surgem as políticas públicas como instrumento que procuram garantir a efetivação dos direitos coletivos e que são definidas como ações que o Estado executa para atender as necessidades de toda a população. Nesse sentido, o Estado é o poder social institucionalizado e ele se legitima enquanto exterioriza suas finalidades. Sendo ele um produto da sociedade e para a sociedade, a sua finalidade deve ser sempre um desígnio social, encontrando, portanto, a sua legitimidade nos serviços que presta à coletividade.

Contudo, é importante se analisar em que contexto está inserido este Estado e se este busca efetivamente o bem de todos, apresentando-se neutro e livre das pressões dos grupos econômicos dominantes. Portanto, é necessário situar as políticas públicas como um processo de disputa que requer a participação popular no intuito de garantir seus direitos. Isto porque o Estado está inserido em uma lógica na qual os grupos e



classes dominantes têm maior domínio e maiores possibilidades de intervenção na definição dos seus interesses, diferente do que seria o interesse comum de toda a população.


Diante de tal desafio, este artigo objetiva descrever as políticas públicas de turismo no Brasil, dando enfoque ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Pomerode, bem como observar o papel do Estado enquanto formulador dessas políticas verificando o processo de aplicação, sua consonância nas diferentes esferas e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade em escala regional.

As seções sobre políticas públicas federal foram baseados em documentos oficiais e sítios eletrônicos do Ministério do Turismo. No caso da Secretaria Estadual de Turismo e Secretaria de Turismo de Pomerode, o universo pesquisado foi constituído de secretários, gerentes e staff lotados nas unidades administrativas. O estudo é uma pesquisa descritivo-exploratória. O método é qualitativo. As variáveis nas esferas Estadual e Municipal foram definidas a partir da estrutura organizacional mediante a descrição e a análise dos seguintes indicadores: hierarquia; departamentalização; formalização; coordenação; controle; centralização/descentralização; comunicação.

Como um dos resultados, destacamos que Santa Catarina, em relação aos demais estados, possui qualidade na organização de sua política pública de turismo. Prova disso é que ao longo dos últimos anos, o Estado vive uma significativa transformação socioeconômica em suas regiões turísticas, com investimentos (PRODETUR/SC) em infraestrutura de acesso e sinalização turística, capacitação profissional e ações de gestão dos programas de Regionalização do Turismo. Em Pomerode o Plano de Fortalecimento Institucional (PFI) - uma das ações promovidas pelo PRODETUR - se refere à gestão pública do Turismo dotando o município de instrumentos e recursos necessários para o desenvolvimento da atividade turística e inserido a comunidade ainda mais na atividade turística e fortalecendo a participação do município no desenvolvimento do turismo no contexto regional.

1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTAVEL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

Começou a formar-se, nos últimos anos, entre pesquisadores e praticantes, o consenso de que é necessário revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais no Brasil. Tais estratégias, além de apresentarem um conteúdo que, em alguns aspectos, não mais se ajusta às realidades e necessidades de



uma economia globalizada e aos novos papéis assumidos pelo setor público, padecem de problemas de escopo e de estilo (BANDEIRA, 1999, p. 04).


Brandão (2011, p. 01) reforça a necessidade de identificação dos efeitos propagadores das políticas que deram certo, e quais os mecanismos de transmissão de crescimento para os municípios que estão ao redor das cidades que mais prosperaram. Assim se poderá manter a construção da cidadania, aumentando a autonomia das demais regiões brasileiras.

Quanto ao escopo, torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões — Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul — devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, que possam ser melhor medidas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea.

Da mesma forma atender as necessidades humanas visando a melhoria das condições de vida e a sustentabilidade ambiental, requer não só políticas de desenvolvimento voltadas a escala local, regional, mas, que se constituam em participação social para tomada de decisão quanto ao desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável parte do pressuposto que os benefícios devem favorecer a todos os envolvidos no processo. Não se pode então entendê-lo somente do ponto de vista do crescimento, compreendido de maneira quantitativa e centrado em variáveis estritamente econômicas. Precisamos, portanto compreender o desenvolvimento na escala humana (MAX-NEFF, 2001, p. 56), ou seja, tornando os indivíduos a coluna vertebral do desenvolvimento sustentável.

Cabe destacar que o registro da necessidade desse aumento da participação da sociedade civil não se constitui em fato novo. Haddad (1980, p. 14) ainda durante o período militar afirmava que era necessário aumentar grau de participação das comunidades, dos vários grupos sociais, dos diferentes níveis de Governo, a fim de que possa haver maior mobilização de recursos para as soluções alternativas que são melhor conhecidas, em geral, pelos próprios grupos afetados.

Reafirma-se a necessidade da participação social no processo de elaboração de políticas como forma de garantir seus direitos e necessidades, através da consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade. Outra necessidade é a existência de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa




governança e para o desenvolvimento participativo, bem como para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público.

O papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais facilita a construção de consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para o desenvolvimento e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região. Contudo, com a falta de envolvimento da comunidade, muitos programas e projetos governamentais concebidos e implantados de cima para baixo não sobrevivem às administrações responsáveis pelo seu lançamento. Acabam por ser substituídos por outros igualmente efêmeros, num ciclo patético que envolve grande desperdício de recursos e só contribui para aumentar o descrédito em relação à eficácia das ações do setor público.

Os mecanismos participativos mais adequados para esse objetivo parecem ser aqueles que possibilitam uma interação permanente entre os diferentes segmentos da sociedade civil e entre eles e as várias instâncias da administração pública, facilitando os processos de capacitação e de aprendizado coletivo e constituindo-se em instrumentos potentes para a formação de consensos e para a articulação de atores sociais (BANDEIRA, 1999, p.22).

A participação da sociedade na discussão dos problemas locais é fundamental para a consolidação de uma identidade regional, do sentimento de pertencimento à comunidade. A existência da identidade é essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não arbitrária, ser denominado de região. A identidade regional, não deve ser entendida como algo que simplesmente existe, mas, sim, como algo que é construído historicamente. Esta surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, que fazem que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam ter, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum.

Para Bandeira (1999, p. 39) a prática da participação da comunidade na discussão, formulação, implementação e avaliação de ações de interesse da região pode contribuir, sem dúvida, para fortalecer essa percepção, ajudando a consolidar a identidade regional. Sem essa identidade, uma região constitui-se apenas no resultado de uma segmentação arbitrária do território, não podendo ser considerada um verdadeiro ente social. Caso se trabalhe com áreas que não possam ser encaradas como entes sociais, perde-se também grande parte do significado, do conteúdo e da eficácia das ações de planejamento regional. Como registra Boisier (1995, p. 47- 48):



A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região como um verdadeiro ente social, o planejamento regional consiste apenas — como mostra a experiência histórica — em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de regiões (BOISIER 1995, p.47 e 48).


A participação deve, portanto, ser vista como instrumento para promover a articulação entre atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objetivos de interesse comum. No entanto, as práticas participativas não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de proporcionar soluções adequadas para todas as questões do desenvolvimento regional.

2 PARTICIPAÇÃO POPULAR E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Santa Catarina é um estado no qual é recorrente o binômio políticas públicas e participação, quando se refere a associativismo municipal e mais recentemente regional, através das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Contudo, a partir de uma perspectiva multicêntrica, políticas públicas não ficam restritas a esfera de governo, mas as organizações que relevam ou se inspiram na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses conflitantes e daí a maior necessidade da transparência da sua elaboração, através, por exemplo, da participação popular.

A participação pode se dar diretamente, através da chamada democracia direta, com a utilização de diversos instrumentos, tais como o referendo, o plebiscito ou a iniciativa popular (BENEVIDES, 1991, p 23). Também pode ser proposta a partir de meios que, juntamente com a administração pública, pretendam cooperar para uma administração participativa, que pode ocorrer através de subprefeituras ou da participação de cidadãos em conselhos públicos municipais, ou ainda através dos conselhos autônomos que, apesar de não serem subordinados à administração pública, podem fiscalizar e até mesmo participar da administração nos assuntos que forem pertinentes à coletividade (GRIMM, 2009, p. 08).

De acordo com Simão (2007, p. 12) para repensar o estado a partir de demandas sociais deve haver uma conduta pautada no princípio da descentralização, na qual a participação dos sujeitos deve ser qualificada. Dessa forma surgem as políticas públicas



como instrumento que procuram garantir a efetivação dos direitos da população e que são definidas como ações que o Estado executa para atender as necessidades de toda a população.

A democracia está associada à ideia da participação do povo nas atividades do Estado, decidindo, controlando, transformando a realidade sócio-política por intermédio de um genuíno processo democrático, por exemplo. A democracia é aquele regime onde o poder político se sustenta numa teoria da soberania popular. Na análise de Acosta (2000, p.39):


(...) la democracia, concebida como mero régimen político que se caracteriza como gobierno de la mayoría con el respeto da las minorías, cuyas condiciones básicas son la Ciudadanía, la Representatividad y la Limitación del poder (ACOSTA, 2000, p.32).

Garantida pelo princípio da participação popular, a democracia participativa prevê variadas formas de atuação do cidadão na condução política e administrativa do Estado. Contudo a legitimidade e garantia deste direito que conduza a democracia nunca foi plenamente alcançada. A democracia participativa, em última análise, é a partilha do poder, dos saberes e das riquezas. Nesse sentido, o Estado é o poder social institucionalizado e ele se legitima enquanto exterioriza suas finalidades. Sendo ele um produto da sociedade e para a sociedade, a sua finalidade deve ser sempre um desígnio social, encontrando, portanto, a sua legitimidade nos serviços que presta à coletividade.

Portanto para a garantia desta finalidade é necessária a participação do cidadão que, a partir da elaboração, aplicação e controle das políticas públicas, tem como observar as ações do Estado como as medidas e intervenções que visam melhorar a qualidade de vida da população (NIOCHE, 1994, p.123)

Acosta (2000, p. 38) propõe um novo conceito de Estado, privilegiando a esfera do mercado, o qual deve perseguir os seguintes objetivos: viabilizar a eficiência do mercado; impulsionar a capacidade produtiva; deter a responsabilidade de diminuir as desigualdades sociais; promover um novo relacionamento com a empresa privada (do qual derivaria importantes dividendos econômicos e sociais); fortalecer a sociedade civil associado à reforma do Estado; formular, fundamentar, orientar e conduzir políticas de inserção internacional; desempenhar papel de responsabilidade na inovação tecnológica; analisar as tendências fundamentais da economia, da sociedade da política em âmbito internacional; promover o consenso nacional.

Contudo, é importante se analisar em que contexto está inserido este Estado e se este busca efetivamente o bem de todos, apresentando-se neutro e livre das pressões dos grupos econômicos dominantes (GRIMM, 2009, p 12). Portanto, é necessário situar



as políticas públicas como um processo de disputa que requer a participação popular no intuito de garantir seus direitos. Isto porque o Estado está inserido em uma lógica na qual os grupos e classes dominantes têm maior domínio e maiores possibilidades de intervenção na definição dos seus interesses, diferente do que seria o interesse comum de toda a população.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO


A administração e organização da atividade turística são estabelecidas pelo Estado, podendo ser estabelecidas nas esferas federal, estadual ou municipal. Desta maneira, as instituições públicas fundamentam as políticas no turismo. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 180 que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 2009, p. 01). O turismo é considerado como requisito para o desenvolvimento, sobretudo de caráter endógeno.

Neste contexto, encontram-se as políticas públicas que são definidas como ações que o Estado executa para atender as necessidades de toda a população. Considerado este como um grupo de autoridades com suas preferências, possuindo capacidade de influenciar a política pública, levando-se em conta que as funções e decisões desse grupo influenciarão o planejamento e o desenvolvimento turístico em diferentes níveis (HALL, 2001, p. 25).

Política pública pode-se dizer, é um regimento em linhas gerais, do que deve ser desenvolvido no planejamento, levando em consideração o local de aplicação. Destarte, política de turismo é o rumo de uma determinada ação para alcançar objetivos, ou seja, é a direção que se toma em um planejamento após a identificação das necessidades e do mercado que a atividade turística está inserida.

Entende-se, neste sentido, como política de turismo o fundamento para a elaboração de um plano articulado, detalhado de orientações específicas para a gestão do turismo. Seguindo este mesmo pensamento, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 294) conceituam a política de turismo como um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades dentro de uma destinação.

Nesta definição, verifica-se a complexidade e necessidade de direção na política pública e releva a importância da estratégia para as várias esferas de decisão do setor.



Observa-se também o importante papel de orientação que é estabelecido a partir da política de turismo. Conceituando política pública de turismo, Bezerra (2003, p. 27) afirma que são recursos que devem ser utilizados para que o planejamento da atividade ocorra de forma coerente e eficaz, para o desenvolvimento local sustentável.


Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 243) afirmam que a atuação da política de turismo deve estender-se aos mais diversos aspectos como: o papel do turismo dentro do desenvolvimento da destinação; determinação dos tipos e níveis de taxaço; definição de diretrizes para a oferta de recursos humanos; financiamentos do setor turístico; direção do desenvolvimento do setor turístico; estabelecimento das prioridades de investimentos no sistema de transporte; práticas regulamentadoras; relacionamento da comunidade; práticas e restrições ambientais; imagem e credibilidade do setor; estímulo ao desenvolvimento da tecnologia; legislação sindical e trabalhista; práticas de marketing.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO – PNT

Em 17 de setembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.771 que determina a Política Nacional de Turismo. Esta lei define as atribuições do Ministério do Turismo, referente à atividade turística para seu planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor. A referida lei dispõe em seu artigo 3º, p. 1 parágrafo primeiro:

Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. Parágrafo único. O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo, como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (LEI n.º 11.771 do PNT).

Desta forma, o Ministério do Turismo fica responsável pela elaboração da política nacional do turismo, da mesma maneira que deverá planejar e divulgar a atividade no país. No que se refere à Política Nacional de Turismo, o artigo 4º coloca-a como um conjunto de leis e normas a fim de ordenar o setor turístico. O parágrafo único deste artigo regulamenta que a Política Nacional do Turismo obedecerá aos princípios da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento justo e sustentável. Destaca os seguintes objetivos: garantir o acesso ao turismo no País a todas as classes populacionais, originando assim o bem-estar geral; reduzir as disparidades sociais e econômicas; ampliar o fluxo de turistas; estimular a criação, consolidação e difusão dos produtos turísticos; garantir o envolvimento da comunidade receptora nos benefícios decorrentes da atividade turística; propiciar a prática do turismo sustentável



nas áreas naturais; preservar a cultura das comunidades; desenvolver o inventário nacional; efetivar financiamentos aos empreendimentos turísticos; promover integração do setor privado com o setor público.

O PNT será revisto a cada quatro anos em paralelo ao plano plurianual, ou quando houver necessidade. Outra ação prevista no PNT, através do Ministério do Turismo, é a realização de relatórios, estatísticas e balanços anuais referentes a dados e informações da atividade turística no país.


O Sistema Nacional do Turismo (SISTUR) na Seção III, artigo 8º, dispõe a composição do sistema pelos seguintes órgãos: Ministério do Turismo; Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR); Conselho Nacional de Turismo e; Fórum Nacional de Secretário e Dirigentes Estaduais de Turismo. Podem fazer parte deste sistema ainda demais conselhos, órgãos e fóruns estaduais e municipais de turismo.

A Política Nacional de Turismo é composta ainda por programas e projetos, estes deverão estar compatíveis ao Plano Nacional do Turismo, bem como as demais políticas públicas de modo a incentivar a atividade turística de diversas formas. A elaboração do PNT sinaliza que sua construção foi feita de forma “participativa dentro de um processo permanente de discussão e atualização”, contudo, não sinaliza de forma clara e concisa a metodologia aplicada.

3.2 A GESTÃO DO TURISMO NACIONAL

O Ministério do Turismo instituído em 2003 pelo Governo Federal veio atender uma antiga reivindicação do setor que clamava por um órgão que estivesse à altura da complexidade e importância da atividade turística para a economia e o desenvolvimento do país. O ministério substituiu o Instituto Brasileiro do Turismo, entidade da administração indireta, encarregado de organizar e planejar a atividade turística até então. A estruturação do Ministério do Turismo bem como o modelo de gestão pública da atividade veio através do Plano Nacional de Turismo (PNT). O sistema de Gestão do Turismo é composto no seu nível estratégico pelo Ministério, o Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

Esse modelo apresenta condições necessárias para a facilitação da articulação do Ministério do Turismo com os demais órgãos públicos. A gestão integra as diversas instâncias da gestão pública e iniciativa privada, através de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento e gestão no País, buscando dessa forma alcançar todas as regiões brasileiras (BRASIL, 2007, p. 02).




Para dar início a parte operativa da gestão, ou seja, colocar em prática os Programas resultantes do conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério e seus parceiros/atores surgiu o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT que permitiu a configuração de uma nova política nacional, promovendo o desenvolvimento regional, suprimindo as necessidades dos turistas e da comunidade.

No Programa Nacional de Municipalização do Turismo PNMT, implementado no Brasil no período de 1994 a 2001, procurou-se introduzir uma metodologia de planejamento do turismo diferenciada, com enfoque participativo, formulada a partir da fusão da técnica Metaplan e do método ZOPP, ambos criados na Alemanha nas décadas de 70 e 80, respectivamente, pela Agência Governamental GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica). O procedimento baseia-se na capacitação por meio de oficinas, que ocorrem em três fases com intervalos mínimos de 90 dias, compostas por grupos de trabalhos em que todos os participantes, com base em perguntas e material orientador, vão iniciando a construção do conhecimento a partir da realidade individual.

O PNMT foi um Programa criado pelo governo federal que visou estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios. Apesar de ter sido criado em 1992, o PNMT só foi instituído oficialmente em 1994, iniciando suas atividades efetivas nos municípios a partir do ano de 1995 e persistindo em âmbito federal até o final de 2001. De acordo com o documento oficial EMBRATUR/ Ministério do Esporte e Turismo (1999, p. 11), o objetivo geral do PNMT era: “Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política (...)”.

Com essa perspectiva, o PNMT pretendia dotar os municípios brasileiros de condições técnicas e organizacionais para que eles tivessem a capacidade de criar os seus Conselhos Municipais de Turismo, como também suas comunidades participariam da formulação e da gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Para tanto, o PNMT estava baseado em princípios que são os da descentralização, da sustentabilidade, das parcerias, da mobilização e da capacitação.

Em 2004 foram lançadas as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros Brasil, atingindo 219 regiões turísticas em 3.203 municípios. A definição das regiões turísticas deu-se através de oficinas participativas realizadas nos Estados e Distrito Federal. No entanto, no período de 2005 e 2006 ocorreu um remapeamento dessas regiões, constituindo assim 200 regiões turísticas, compreendendo 3.819 municípios (BRASIL, 2008, p.01). O Programa de Regionalização




do Turismo – Roteiros Brasil cresceu sob a integração dos setores social, econômico, institucional, cultural e político dos municípios. Também articula a relação entre as esferas do governo, sociedade civil, instituições de ensino superior e agente do setor turístico unindo esforços no cumprimento das metas do Plano Nacional de Turismo.

De acordo com o Ministério do Turismo (2008, p. 04), foram realizadas pesquisas na implantação da regionalização de alguns Estados e notou-se a necessidade de estabelecer estratégias para a regionalização do turismo. Foi apontado que a administração municipal deverá ser responsável pela gestão, formulação e implementação dos Planos Municipais de Turismo Sustentável; deverá ser garantido a participação da comunidade na elaboração das políticas públicas, através das redes de colaboração; necessita ocorrer a integração do município na região turística, formando dessa forma as Instâncias de Governança Regional.

4 A POLITICA DE TURISMO CATARINENSE

O estado de Santa Catarina – com 293 municípios – está dividido em dez regiões turísticas, cujos limites territoriais reproduzem afinidades geográficas, econômicas e histórico-culturais: Caminho dos Príncipes, Vale Europeu, Costa Verde e Mar, Grande Florianópolis, Encantos do Sul, Caminho dos Cânions, Serra Catarinense, Vale do Contestado, Grande Oeste e Caminhos da Fronteira. As regiões turísticas fazem parte do programa de regionalização do Ministério do Turismo e da Secretaria de Estado Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina (Sol) sendo divididas de acordo com a identificação relativa à cultura, belezas naturais e outras segmentações e revelam toda a diversidade de atrativos do Estado. Os contrastes geográficos e histórico-culturais privilegiam o turismo – são muitos os destinos, roteiros e programas, em todas as regiões do estado, durante o ano inteiro. No litoral há centenas de belíssimas praias. Durante o inverno, a Serra Catarinense, com picos que atingem altitudes de quase 2 mil metros, é um dos raros locais onde ocorre neve no Brasil.

O órgão oficial de turismo no Estado de Santa Catarina é a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). Possui como desafio desenvolver as áreas do turismo, cultura e esporte no Estado de forma legal, equilibrada e sustentável; gerar novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo a equidade entre as regiões do Estado; intensificar as áreas do turismo, da cultura e do esporte catarinense, interagindo suas atividades o ano inteiro; integrar a SOL aos seus Órgãos vinculados e às Secretarias de



desenvolvimento regional, através do fortalecimento da descentralização e desconcentração de recursos, programas e ações (SANTA CATARINA, 2009, p 03).


A SOL possui três instituições vinculadas: a Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR, a Fundação Catarinense de Cultura - FCC e Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE. A Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR, tem como objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo, sua missão é promover e incentivar as indústrias do lazer e do entretenimento com qualidade, visando o desenvolvimento sócio econômico gerado pelo turismo (SANTA CATARINA, 2009, p. 01).

4.1 PLANO, FUNDOS E FINANCIAMENTOS

O Plano Estadual da Cultura, do Turismo e Esporte do Estado de Santa Catarina (PDIL) foi desenvolvido em consonância com os objetivos definidos no Plano Plurianual, visando estabelecer as políticas, as diretrizes e os programas para a cultura, o turismo e o desporto no Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2009, p.04). A primeira etapa englobou uma série de reuniões nas 30 SDR's (as que existiam na época), nas quais participaram representantes do poder público, *trade* turístico, universidades e associações ligadas à cultura, turismo e esporte, envolvendo aproximadamente 1.500 pessoas. A segunda etapa aconteceu nas mesorregiões com um público aproximado de 600 pessoas (SANTA CATARINA, 2009, p. 04). O resultado dessas reuniões de formulação do PDIL foi a constituição de algumas prioridades como a oferta de lazer e o aumento da qualidade de vida aos cidadãos catarinenses e a atração de turistas para usufruírem a oferta de lazer do Estado e, dessa forma, ocorrer a geração de trabalho e renda à população catarinense.

No que tange ao setor de turismo, dentro do PDIL existem diretrizes destinadas a nortear o planejamento das ações que o implementam. No Artigo 3º do PDIL estão as atribuições para o turismo, estas são: estruturar os atrativos turísticos do Estado; implementar o Programa Nacional de Regionalização do Turismo no Território Catarinense; garantir a sustentabilidade das destinações turísticas do Estado; apoiar os serviços e consolidar as pesquisas sobre o turismo de Santa Catarina; estimular, apoiar e conceder incentivos à participação de empresas e da população do Estado nos empreendimentos turísticos; conscientizar a comunidade para o turismo em sentido amplo (SANTA CATARINA, 2009, p. 01).

O PDIL é uma ferramenta que o Estado possui para orientar as ações relacionadas ao turismo, cultura e esporte culminando para o desenvolvimento das



mesmas atividades. Todos os projetos que subsidiam a verba do Governo Estadual deverão ser enquadrados no PDIL para liberação.

Para o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos especialmente por parte de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS foi criado o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e ao Esporte – SEITEC (Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005). Tem por finalidade, ainda, prestar apoio financeiro e financiamento de projetos voltados à infra-estrutura necessária às práticas da Cultura, Turismo e Esporte, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, além de projetos específicos relativos a cada setor apresentados por agentes que se caracterizam como pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, órgãos públicos de turismo, esporte e cultura das administrações municipais e estaduais (SANTA CATARINA, 2005, p. 02). Dentro do SEITEC estão os fundos de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL; de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO; e de Incentivo ao Esporte – FUNDESPORTE.

O FUNCULTURAL é formado por 0,5% da receita líquida do Estado, e após aprovação do Conselho Estadual de Cultura os recursos são repassados à iniciativa privada. O FUNTURISMO é constituído por recursos advindos da iniciativa privada e o FUNDESPORTE tem seus recursos advindos das atividades de loterias, e principalmente através da captação de recursos privados. O objetivo do SEITEC é o recebimento dos projetos advindos dos municípios e SDR's do Estado, bem como a realização dos processos para a aprovação dos mesmos. Para sua aprovação os projetos requerendo recurso estadual dos fundos passam pelo Conselho.

O Conselho Estadual é uma entidade com o objetivo do fomento da atividade turística no Estado, possuindo caráter propositivo, consultivo e mobilizador, visando a interligação das instituições relacionadas ao turismo. Acerca do referido Conselho depreende-se que são constituídos de representantes de associações de classe, do poder público, do setor privado, de escolas de turismo e do terceiro setor. Devem ser formados por profissionais independentes, críticos e que não se sintam intimidados por pressões políticas.

4.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO DE SANTA CATARINA – PRODETUR

O Programa de Desenvolvimento do Turismo em Santa Catarina – PRODETUR/SC visa o fortalecimento do turismo nos municípios, contando com recursos

financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na ordem de 60%, e o restante do Estado (SANTA CATARINA, 2009, p.03).

O programa tem como objetivo o aumento da participação da atividade turística na economia estadual, revitalizando, dinamizando, conservando ou recuperando áreas turísticas e seus principais atrativos; criando condições para atrair novos investimentos (SANTA CATARINA, 2009, p.03).

As atividades relativas ao PRODETUR/SC competem à Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte, através da Unidade de Coordenação Estadual – UCE criada pela Lei Complementar nº. 267, de 04 de fevereiro de 2004, tendo o Decreto nº. 1768, de 07 de maio de 2004, instituído o Programa e estabelecido outras providências.

5 POLÍTICA DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE POMERODE (SC)


Localizada no Médio Vale do Itajaí, o município de Pomerode (figura 02) possui área de 217,8 km² e uma população de aproximadamente 26 mil habitantes (Pomerode, 2009, p.01). Situa-se a 162 km da capital Florianópolis, com acesso pelas rodovias BR 470 e BR 101.

Figura 02 – Localização do Município de Pomerode – (SC).



Fonte: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Pomerode, 2009.

Pomerode é conhecida como a “Cidade mais alemã do Brasil”, cujo slogan é justificado pelo fato de que 70% da população é de origem alemã. Situado na região turística do Vale Europeu, o município é vocacionado para o Turismo, seja ele cultural, gastronômico, ecológico, de compras e outras modalidades. Sua origem como colônia de




imigrantes alemães, deixou como herança aspectos arquitetônicos, hábitos culturais, culinária, artesanato, danças, etc., que são fortes atrativos turísticos.

A cidade é apresenta atrativos arquitetônicos turísticos vinculados a construção enxaimel, técnica tipicamente alemã, somando mais de 240 exemplares. Possui ainda 16 Clubes de Caça e Tiro, Grupos de Dança Folclórica Alemã, grande número de bandas musicais e é referência regional em gastronomia típica. Outra característica marcante da cidade é o uso do idioma alemão e descendência pomerana da maioria da população.

Para a gestão do turismo o município conta com dois órgãos responsáveis: Secretaria de Turismo Cultura e Esporte (SETUCE) e o Conselho Municipal de Turismo. A criação da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes ocorreu em face da necessidade de uma organização específica para o planejamento do turismo no município (POMERODE, 2009, p. 02). Competências dessa Secretaria: coordenar e incrementar a infraestrutura turística do Município; organizar e manter o cadastro das atividades turísticas em geral; organizar calendário de eventos; propiciar a formação profissional adequada na atividade turística; fornecer informações e divulgar o Município dentro da área de atuação do turismo; incentivar feiras, congressos e exposições e promover eventos e promoções para desenvolver o Município; manter estreitas relações com o Órgão Estadual e Federal, responsável pela política governamental na área de turismo (POMERODE, 1994, p. 01).

Atualmente, a SETUCE está dividida em três esferas: turismo, cultura e esporte. O esporte é administrado pela Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer de Pomerode (FUNPEEL), sendo uma fundação pública de direito público municipal, com autonomia técnica, administrativa e financeira. Tem por finalidade promover, incentivar e explorar eventos, atividades esportivas, especialmente de lazer. A Cultura é gerida pela Divisão de Cultura e o município conta ainda com a Fundação Cultural, criada em 23 de outubro de 1985, pela Lei nº 646 que tem por finalidade zelar pela conservação e preservação do patrimônio cultural do município.

Dentro da Divisão de Turismo, as atividades, ações e projetos da organização são divididas em quatro áreas: fomentar, planejar, realizar eventos e divulgar. No que se refere ao fomento, relaciona-se à promoção, desenvolvimento de ações, como programa de iniciação turística escolar. No planejamento, se encontra a formulação da atividades turísticas no município, como estruturação, organização, sinalização turística e desenvolvimento de pesquisa. Na área de eventos está inserida a organização e promoção de todos os eventos realizados pela Secretaria de Turismo e, por fim, a divulgação de todas essas ações, programas e eventos.



Outro órgão gestor do turismo no município é o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, criado em 1997 pela Lei Complementar nº 37/1997, sofrendo alteração em 2003 pela Lei Complementar 94/2003. O COMTUR é um órgão composto por entidades dos setores privado e público e possui por função decidir o rumo da atividade turística do município. Atualmente, no COMTUR, 52% dos participantes são de associações diversas, 19% do poder executivo, 14% de entidades do *trade* turístico, 10% dos conselhos municipais e 5% do órgão do Governo do Estado. O COMTUR possui caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo (POMERODE, 2009, p. 12). O COMTUR no município reúne-se mensalmente. Participam dele órgãos governamentais e não-governamentais.

Dando condições financeiras à gestão do turismo no município, em 1999 criou-se o Fundo de Desenvolvimento do Turismo – FUNDETUR, pela Lei nº. 1.436/99 e reformulado pela Lei nº. 1.723/03. O FUNDETUR é constituído por 2% de receita corrente líquida do município e 40% do lucro bruto da Festa Pomerana (Festa tradicional do município, realizada anualmente). O artigo 13 da Lei nº. 1.723/03, p. 04 dispõe:

O orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Turismo evidenciará as políticas e o programa de trabalho da administração municipal e integrará o orçamento geral do município, observados, na sua elaboração, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio (Lei nº. 1.723/03, p. 04).

Existe a verba da arrecadação destinada à atividade turística, no entanto, não é suficiente para arcar com os projetos e ações desenvolvidas na Secretaria.

A Política Pública de Turismo é fator fundamental para a organização, estruturação e planejamento da atividade turística. No que se refere ao município de Pomerode, verifica-se a inexistência de política municipal estruturada. Fato este comprovado no artigo 1º, p. 1 da Lei que dispões sobre a Política Municipal de Turismo:

Art. 1º. Fica estabelecida a Política Municipal de Turismo de Pomerode, que constitui os princípios que norteiam o desenvolvimento sustentável do turismo no município, a fim de torná-lo uma atividade geradora de divisas e proporcionar a inclusão social da população. Parágrafo único. A Política de Turismo é a constituição de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, direcionadas ao planejamento e estruturação do setor turístico no município visando o desenvolvimento do setor.

O Plano Diretor Municipal realizado no ano de 2006 já apontou uma deficiência de integração entre os planos, programas e projetos relacionados à atividade turística no município. Sendo assim, analisando todos estes fatores, nota-se a necessidade de criação de uma da Política Municipal de Turismo estruturada que seja uma diretriz.



6 RESULTADOS


No Brasil o planejamento e gestão da atividade turística, mais especificamente no que tange às políticas públicas são recentes. Elas estão interrelacionadas, como se apontou, sobretudo a partir do Programa de Desenvolvimento de Turismo – PRODETUR.

No que se refere ao PRODETUR SC, pode-se apontar que auxilia os municípios na melhoria da infraestrutura, e conseqüentemente fomenta a atividade turística. Algumas cidades catarinenses já foram contempladas pelo programa. Os investimentos do Prodetur Sul foram de aproximadamente R\$ 14 milhões, dos quais R\$ 13,5 milhões para obras de esgotamento sanitário em Porto Belo. Os restantes R\$ 483 mil são para o fortalecimento da gestão municipal em seis municípios: Joinville (R\$ 120 mil), Balneário Camboriú (R\$ 120 mil), Porto Belo (R\$ 76 mil), Itajaí (R\$ 64 mil), São Francisco do Sul (R\$ 56 mil) e Penha (R\$ 47mil), (Ministério do Turismo, 2008, p. 03).

Novos projetos buscam ser contemplados pelo PRODETUR – SC. Entre eles o “Plano de Fortalecimento Institucional (PFI)” com a premissa básica de integrar os municípios beneficiários: Florianópolis, Governador Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Penha, Blumenau, Pomerode, São Francisco do Sul e Joinville. Tal deverá ocorrer por meio do estabelecimento de corredores regionais para orientar a formatação de roteiros turísticos integrados, objetivando o aumento da participação do setor turístico na economia e no PIB, mediante a dinamização das atividades econômicas do estado e do incentivo às atividades turísticas.

O Plano de Fortalecimento Institucional (PFI) é uma das ações promovidas pelo PRODETUR e que contribuirá para a consolidação do Plano Nacional de Turismo (PNT). O PNT, elaborado em meados de 2004, apresentou para o país uma nova perspectiva para o planejamento e gestão do Turismo brasileiro. A partir deste marco, instituiu-se o conceito de regionalização do Turismo como referencial da base territorial das atividades turísticas. Assim, essas regiões passaram a ser concebidas como o espaço geográfico onde o planejamento turístico deve se estruturar. Os resultados esperados do Plano de Fortalecimento Institucional (PFI) em Pomerode se encontram no fortalecimento da gestão pública do Turismo dotando o município de instrumentos e recursos necessários para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Para isso, além das questões próprias à institucionalização, é necessário conhecer a dinâmica do Turismo, seus impactos, conflitos e agentes sociais envolvidos.

No que se refere ao Plano Estadual de Cultura, Turismo e Esporte – PDIL em Santa Catarina, ele é utilizado como uma diretriz para a gestão do turismo no estado,




sendo considerado, portanto, a política estadual. Também se baseia nele o enquadramento dos projetos para obtenção de recursos do Fundo de Incentivo ao Turismo, à Cultura e Esporte, FUNTURISMO, FUNCULTURA E FUNDESORTE. Contudo, este plano necessita de atualização, pois muitos dos seus programas e subprogramas não estão de acordo com a atual realidade do turismo no estado. Pomerode já foi contemplado com verbas destinadas à promoção de esportes e na promoção da cultura local com a construção do Museu Pomerano e do Teatro Municipal.

Concernente ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte – SEITEC existe burocracia no procedimento de envio e análise de projetos para receber recursos dos Fundos Estaduais. O processo de obtenção de recursos no estado é extenso de modo que apenas projetos bem estruturados e planejados sejam contemplados com os recursos financeiros do fundo. Isso não é de todo mal, pois se privilegia a competência, no entanto podem paralisar iniciativas empreendedoras mais inovadoras, como as que promovem o turismo de base comunitário (TBC), e que possuem dificuldade para se adequar a lógica burocrática, pelo informalismo típico de movimentos sociais.

No município de Pomerode a Rota do Enxaimel é um produto turístico em fase de estruturação da oferta turística, pois a organização comunitária para gestão do atrativo ainda é incipiente e pode ser melhorada. A promoção turística deste produto é baixa, apesar da sua alta relevância cultural e originalidade. Não há estrutura de receptivo, serviços ou atividades ofertadas permanentemente para atendimento ao visitante. A oportunidade de integração ao TBC é grande, pois, suas características se aproximam a esta experiência, podendo ser integrados em outros roteiros que incluam municípios vizinhos. Este produto possui um grande potencial para o Turismo de vivencialidade (TBC) e do Ecoturismo devido às suas características.

De uma forma geral, verificou-se que Santa Catarina, em relação aos demais estados brasileiros, possui qualidade na organização de sua política pública de turismo. Prova disso é que ao longo dos últimos seis anos, o Estado vive uma significativa transformação da realidade socioeconômica em todas as suas nove regiões turísticas, com investimentos em infraestrutura de acesso e sinalização turística, capacitação profissional e ações de gestão dos programas de Regionalização do Turismo. Os resultados foram também materializados na conquista de prêmios nacionais, como o de Melhor Destino Turístico do Brasil (pela quinta vez consecutiva) realizado pela Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril. O prêmio é feito em duas fases. A primeira, com base na preferência do leitor, que votou na internet em várias categorias. A segunda foi



realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (Ibope), que pesquisa junto aos turistas que visitaram e fizeram uso de hotéis, museus e restaurante.


Santa Catarina e Jurerê Internacional aparecem em primeiro lugar nas categorias Destino Turístico Nacional e Praia do Ano, respectivamente, no Prêmio Os Dez Mais do Turismo 2007 da revista *Brasil Travel News*. Santa Catarina foi eleita como o melhor roteiro turístico de 2008 pela Faculdade UPIS - XIX Prêmio UPIS de Turismo. Recebeu ainda o Prêmio Gazeta do Turismo (2008) e *Global Awards* (2008). Santa Catarina conquistou esses prêmios pelas belezas naturais, pelo trade turístico que se aperfeiçoa cada vez mais e pelas políticas públicas.

Pomerode também é um destino turístico premiado. Em 2009 recebeu o prêmio Top Turismo da ADVB/SC (Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil/ Seccional Santa Catarina) - Medalha João Batista Sérgio Murad/Beto Carrero, com o Case: Destino-referência do Turismo Étnico-Cultural Catarinense; em 2010 com o Case: “Festival Gastronômico de Pomerode: O sabor da cultura e da tradição”; em 2011 com o Case: Promovendo o turismo de Pomerode através do portal www.vemprapomerode.com.br. O prêmio que tem como objetivo reconhecer e prestigiar as melhores iniciativas desenvolvidas por empresas catarinenses que tenham contribuído para o incremento e consolidação deste importante setor da economia catarinense, o turismo.

No município de Pomerode, a atividade turística vem se consolidando, sobretudo pela mão de obra que se qualifica, fazendo jus a seu potencial como destinação turística. No que tange aos investimentos, a verba do Fundo Municipal de Turismo representa 2% da arrecadação de impostos, o que se aponta como insuficiente para criar as condições necessárias para a gestão turística no município.

Em relação ao Conselho Municipal de Turismo de Pomerode – COMTUR constatou-se qualificação de seus membros, demonstrando capacidade de realização quanto as suas obrigações. Atualmente, o COMTUR é visto com certo protagonismo, no entanto possui ação limitada à implementação de ações municipais, não participando diretamente das instâncias de criação de políticas, projetos e programas de turismo.

Por fim, para a gestão dos produtos turísticos, os setores privado e público devem atuar de forma complementar e com vistas à política regional, estadual e nacional do Turismo. Desta forma, a importância do setor privado está na prestação dos serviços de alimentação, lazer, hospedagem e transporte. O poder público é responsável por integrar os agentes locais para participar do processo de planejamento da atividade, em consonância com a política estadual e nacional. Cabe ainda ao ente público municipal




regulamentar o turismo através da criação de sistema de normas e leis para uso do patrimônio e do espaço turístico; instalação de infraestrutura e serviços; prover infraestrutura e equipamentos básicos de apoio ao visitante; investir e captar recursos para capacitação e qualificação dos serviços públicos e privados vinculados ao turismo; planejar a promoção e fazer parceria para comercialização dos produtos turísticos locais.

Assim, para fortalecer a participação de Pomerode no contexto turístico regional é fundamental que a gestão pública do turismo também esteja estruturada. Desse modo, cabe à Administração Pública, como organização de natureza política e administrativa compreender a dialética entre a complexidade das relações sociais e sua própria configuração sócio-política, oferecendo meios para a construção de mecanismos que levem os diversos sujeitos sociais à participação. Esta é a ponte que une a comunidade, entidades de classe, grupos organizados e o núcleo de gestão regional e federal do turismo. Portanto, o fortalecimento das esferas locais é imprescindível para viabilizar a gestão integrada da região do Vale Europeu em consonância com a Política Nacional de Turismo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno humano e pode ser visto como uma estratégia de desenvolvimento local sustentável, quando pensado democraticamente e considerando, além da dimensão da sustentabilidade econômica, as dimensões social e ecológica. Cavaco (2001, p. 23) levanta a questão dos custos ambientais e sociais do turismo de massa, convencional, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado “industrialmente”, que passa a se tornar rotineiro. Afirma a autora sobre a existência de novas procuras por diferentes modos de se chegar a um turismo individualizado de tendências que sejam responsáveis, sustentáveis e seletivas em termos econômicos, valores e comportamentos pessoais, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo com características particulares, de escala humana, e que seja bem integrado com os locais de destino, dotado de uma estrutura familiar e artesanal, tendo um aspecto cultural presente em seu meio e, além disso, não necessariamente muito dispendioso.

Neste caso, temos exemplos emblemáticos, inclusive em Santa Catarina, de comunidades e municípios que mesmo não tendo características explícitas de destinos típicos turísticos, se transformaram em casos demonstrativos, como a Associação de Agroturismo da Acolhida na Colônia, com sede em Santa Rosa de Lima, quando se valeu de um planejamento e gestão sistêmica, bem articulada, se valendo de políticas públicas




e de oportunidades regionais, no território designado Encostas da Serra Geral. Dessa forma, como estratégia de desenvolvimento sustentável a atividade turística pode ser vista como uma ação local, mas pensada globalmente.

O turismo configura-se como ferramenta que cria possibilidades para a revitalização da identidade cultural, da preservação do patrimônio e dos costumes da população local. No município de Pomerode a atividade turística possui como a maior parte das atividades econômicas e sociais, capacidade de promover impactos positivos e negativos sobre o meio ambiente, a cultura e o convívio social. Para minimizar os impactos negativos, potencializando os benefícios da atividade turística algumas estratégias são observadas no município por meio da mobilização e organização da sociedade civil, que fazem surgir iniciativas diferenciadas baseadas nos modos de vida local: a preservação do idioma alemão; o fortalecimento e resgate da gastronomia germânica; a preservação do patrimônio histórico (as construções enxaimel) e do patrimônio natural; a dança; o artesanato. Os hábitos e costumes diários que são transmitidos de geração a geração podem ser vivenciados pelos visitantes, pois, a cultura em Pomerode não é encenada, ela é real, é vivida no dia-a-dia.

Nestas experiências, as dimensões da sustentabilidade são pré-requisitos para a estruturação da oferta da atividade turística, com a interação entre comunidade local e desenvolvimento do turismo onde as partes envolvidas no processo interagem de forma a constituir uma base sólida, planejada, compromissadas com a qualidade do produto, para que as futuras gerações possam usufruir os recursos organizados e gerados, e ainda dê continuidade à produção de divisas para a localidade.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, o planejamento da atividade turística, bem como o fortalecimento da gestão federal, estadual e municipal, são prioridades delineadas pela Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo. Concomitante à criação e estruturação da política de Turismo, que tem como pano de fundo a integração regional de destinos, o PRODETUR tornou-se um programa nacional fortalecedor da integração da política em âmbito federal, distribuindo os investimentos públicos no setor. O programa tem como objetivo central —fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 19).

A definição de um projeto nacional com a delimitação de prioridades de investimento e a construção de indicadores demonstra que o Turismo gradualmente vem se constituindo em uma pauta relevante para o desenvolvimento do país. Outro fator relevante é a delimitação de leis e normas que abrangem a profissionalização do setor.



Citamos ainda a criação de uma rede de gestão compartilhada entre Poder Público e iniciativa privada com a implantação das instâncias de governança regionais e locais. Entretanto, apenas alguns estados se apropriaram da política de gestão regionalizada de forma eficiente fortalecendo a integração do destino.

O Município de Pomerode está inserido no processo de fortalecimento da política pública de desenvolvimento do Turismo, participando do PRODETUR Nacional e estruturando os aspectos relativos à gestão municipal. Entretanto, a cidade ainda não está integrada na política de regionalização de forma eficiente, ou seja, não há integração política e de projetos na região turística em que a cidade está inserida.

O protagonismo da comunidade local é um dos fatores primordiais para que o turismo aconteça visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor. A localidade é o ponto de convergência das ações da comunidade, é onde o turismo verdadeiramente acontece, opõe-se a globalização afirmando sua originalidade. Assim, torna-se necessário a criação de políticas públicas como um conjunto de normas e regras instituídas para nortear a atividade turística, orientando o seu desenvolvimento sustentável. Como dito, as políticas públicas de turismo devem ser fomentadas pelas instâncias governamentais integradamente, entretanto quando estas são elaboradas, devem implicar na participação também das esferas do mercado e da sociedade civil organizada, aproveitando do capital social.

REFERENCIAS

ACOSTA, Yves (2000) *Sujeto, democracia y ciudadanía*. Revista Pasos, n. 90, jul.-ago,

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita (1991) A cidadania ativa. São Paulo: Ática.


BEZERRA, Deise Ferreira (2003). Planejamento e gestão do turismo. São Paulo: Roca.

BANDEIRA Pedro (1999) Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília. Disponível em: www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf. Acessado em 04 de maio de 2012.

BRANDÃO, Carlos (2011) A busca da utopia do planejamento regional. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.120, p.11-31, jan./jun.

_____ (2007) Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp.

BRASIL. Ministério do Turismo. Informativo dados & fatos - dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2009.



_____, Ministério do Turismo. Lei geral do turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

BOISIER, Sergio (1995) *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio Del sector publico.*— Santiago do Chile: ILPES/CEPAL. (Documento CPRD—95)

CAVACO, Carminda (2001) Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec.

DINIZ, C.C. (229) Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, agosto de 2009.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE J. R. B.; McINTOSH, R. W. (2002) Turismo: princípios, práticas e filosofia. 8. ed. Porto Alegre: Bookman.

GRIMM, Isabel Jurema (2009) Democracia e participação popular na gestão das políticas públicas. Artigo apresentação à disciplina de Diversidade Histórico-Cultural e Desenvolvimento Regional, do Mestrado em Desenvolvimento Regional, FURB. Mimeo.

HADDAD, Paulo Roberto (1980) Participação, justiça social e planejamento. —Rio de Janeiro: Zahar Editora.

HALL, Michael (2001) Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney (2008) Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG. 48 p.

MAX-NEEF, Manfredo (2010) Desarrollo a Escala Humana. Montevideo: Nordam comunidad.

MILLÁN CONSTAÍN, Felipe.(1994) *Competitividad Internacional de Regiones.*— Santiago do Chile: ILPES/CEPAL. (Série Ensaíos, Documento 94/22) MTUR, MINISTERIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.


NIOCHE, J. P. (1994) *Ciencia administrativa, management publico y analisis de politicas publicas.* Pontificia Universidad Javeriana (Santafe de Bogota, Colombia). Cuadernos de Administración, n. 17, dic.

POMERODE. Lei Complementar nº. 09 de 29 de maio de 1991: cria a Secretaria de Turismo. Disponível em: <www.pomerode.sc.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2009.

_____. Atrativos Turísticos. Disponível em: <www.pomerode.sc.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2009.

_____. Plano diretor municipal de Pomerode (2009). Disponível em: <www.pomerode.sc.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2009.

SANTA CATARINA. Decreto nº 2.080, de 3 de fevereiro de 2009: regulamenta a Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre o Plano Estadual da Cultura, do



Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina – PDIL. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____. Lei nº. 12.912, de 22 de janeiro de 2004: cria o Conselho Estadual de Turismo. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____. Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005: institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO, e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – FUNDESPORTE. Disponível em:<www.sc.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2009. 96

_____. Lei nº. 13.792, de 18 de julho de 2006: Plano Estadual de Turismo, Cultura e Esporte. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____, Fundação Catarinense de Cultura. A Fundação. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____, Fundação Catarinense de Esporte. A Fundação. Disponível em: <<http://www3.sol.sc.gov.br/fesporte/paginasprincipais/framegeral.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____, Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR. A SANTUR. Disponível em: <<http://www.santur.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____, Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR. Regionalização do turismo: política pública descentralizada em Santa Catarina. Florianópolis: SANTUR, 2007.

_____, Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR. Roteiros de Santa Catarina Disponível em: <<http://www.santur.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina - SOL. A secretaria. Disponível em: < www.sol.sc.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina - SOL.

SIMÃO, Vilma (2007) Democracia participativa x participação democrática. Perspectivas – Revista de Trabalho Social. Volume 4, nº 4. Misiones: Editora, Universidad Nacional de Misiones.